Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 7336/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/30427/2016/001
PROTOCOLO	: 1887518
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
ASSUNTO	: RECURSO ORDINÁRIO
RECORRENTE	: LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHÃES
DELIBERAÇÃO RECORRIDA	: DECISÃO SINGULAR DSG-G.JD-11756/2017
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

RECURSO ORDINÁRIO. MULTA POR INTEMPESTIVIDADE. REDUÇÃO CONCEDIDA PELA LEI ESTADUAL N. 5.454/2019. QUITAÇÃO. PERDA DO OBJETO PROCESSUAL. EXTINÇÃO. ARQUIVAMENTO.

DO RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Luiz Felipe Barreto de Magalhães, ex-prefeito do Município de Chapadão do Sul, em face da Decisão Singular DSG-G.JD-11756/2017, proferida no Processo TC/30427/2016, que o apenou com multa regimental, no valor correspondente a 100 (cem) UFERMS, em razão da intempestividade nas remessas de documentos a este Tribunal.

O presente recurso foi recebido pela Presidência desta Corte de Contas, por meio do Despacho DSP-GAB.PRES.-48530/2018 (peça 2).

Posteriormente à petição recursal, o recorrente recolheu ao FUNTC a sanção pecuniária que lhe foi imposta na Decisão Singular DSG-G.JD-11756/2017, com redução de 90%, em razão da adesão ao desconto concedido por meio da Lei Estadual n. 5.454/2019.

Instado a se manifestar nos autos, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-3ª PRC-6042/2021 (peça 10), opinou pelo arquivamento do presente processo, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020.

DA DECISÃO

Em consulta aos autos originários (TC/30427/2016), verifica-se que a multa aplicada ao ex-prefeito de Chapadão do Sul, Sr. Luiz Felipe Barreto de Magalhães, por meio da Decisão Singular DSG-G.JD-11756/2017, objeto de revisão neste processo, foi devidamente quitada, em decorrência da adesão ao Refis, consoante Certidão de Quitação de Multa fornecida pelo e-Siscob (peça 31 – TC/30427/2016).

Assim, em razão da perda do objeto processual para julgamento, acolho o parecer da Procuradoria de Contas e, com fulcro no art. 11, V, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, c/c o art. 6º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020, **DECIDO** pela **extinção, sem julgamento de mérito**, e pelo **arquivamento** deste feito.

À Gerência de Controle Institucional para cumprimento.

Campo Grande/MS, 25 de junho de 2021.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

rcc